

APRENDIZES DA PALAVRA
(θεοδίδακτοί)

“O Sacrossanto Sínodo, auscultando religiosamente e proclamando com coragem a Palavra de Deus, faz suas as palavras de S. João: «Nós vos anunciamos a vida eterna, que estava no Pai e a nós se manifestou: nós vos anunciamos o que vimos e ouvimos, para que vós também estejais em comunhão conosco e a nossa comunhão seja com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo» [1]Jo 1,2s)” (DH 4201). Com estas palavras, recordando a Primeira Carta de João, o Concílio Vaticano II inicia a Constituição Dogmática sobre a Revelação divina Dei Verbum. Desta maneira, descreve inspiradamente a atitude de vida, peculiar a qualquer cristão que queira ser fiel a seu chamado: a partir da própria experiência de fé (“o que vimos e ouvimos”) auscultar a Palavra de Deus e proclamá-la com coragem.

Não é outra a missão de uma Faculdade de Teologia. A primeira condição para que exista é estar inserida na fé cristã, professada na comunhão de uma Igreja particular, onde docentes e discentes fazem sua experiência de fé na grande comunhão da “una catholica”. Em Igreja (ἐν ἐκκλησίᾳ/, na assembléia dos convocados por Deus) os membros de uma Faculdade de Teologia realizam a primeira tarefa para a qual são chamados: auscultar a Palavra de Deus.

A tradução do início da Dei Verbum, feita pela recente edição brasileira do Enchiridion de Heinrich Denzinger (†1883), atualizado, a partir da 37ª edição, por Peter Hünermann (São Paulo: Loyola/Paulinas, 2007), verte, com propriedade, o latim “religiose audiens” por “auscultando religiosamente”. O verbo “auscultar” chama a atenção a que não se trata de mero ouvir, mas de inquirir e sondar para penetrar mais profundamente seu sentido; e o adjetivo latino “religiose”, em seu sentido originário, acrescen-

ta a conotação de fazê-lo com atenção, em atitude de acolhida, obediência e respeito. Era a reação que Paulo reconhecera nos tessalonicenses quando deram crédito a sua pregação, “não como palavra humana, mas como o que ela de fato é: Palavra de Deus, que age em vós que acreditais” (1Ts 2,13).

Ouvida a Palavra, ela passa a agir nos fiéis, impelindo-os a vivê-la e proclamá-la. A verdade de Deus não pode ser mero objeto de curiosidade intelectual; é ser “feita”, praticada (cf. Jo 3,21; 1Jo 1,6). Tampouco pode ficar escondida debaixo da cama; ao contrário deve ser colocada bem à vista de todos, para que a todos ilumine (cf. Lc 8,16). Quem a acolhe “como ela de fato é: Palavra de Deus”, não pode guardá-la para si.

Aqui já se marca bem a diferença entre a tarefa de uma Faculdade de Teologia e a de outra instituição acadêmica que se dedique às Ciências da Religião. Estas são um estudo fenomenológico, que não exige auto-implicação no objeto pesquisado, mas pode ser feito com distância, com a finalidade de tomar conhecimento de dados objetivos que não atingem a vida do pesquisador. A Teologia, porém, necessariamente inclui a pessoa do estudioso. Eis, portanto, uma primeira característica distintiva: a experiência de fé é pressuposto da tarefa teológica.

Essa experiência de fé é despertada pela Palavra que age em nós ao ser proclamada. O próprio da Faculdade de Teologia é auscultar a Palavra num “lugar” epistêmico com coordenadas bem específicas: a academia, cujas exigências são o questionamento perante as circunstâncias de tempo e lugar, o espírito crítico, o rigor da pesquisa, a sistematicidade, o diálogo com outros saberes. Por amor e respeito à Palavra que nos foi dirigida ἐφ’ ἅπαξ (de uma vez para sempre), cabe ao acadêmico debruçar-se sobre ela para conhecê-la em sua complexidade. Pois a Palavra de Deus é histórica, expressão do amor de Deus que se faz carne na contingência humana. Por isso, é preciso conhecer as vicissitudes do tempo em que o texto foi redigido, para deixá-la ecoar de novo no tempo presente, com toda a força que possui a Palavra. Desconhecer o tempo da origem é negar a encarnação; ignorar o tempo de hoje é tratar a Palavra de Deus como palavra humana, objeto de estudo arqueológico para saciar a curiosidade dos pesquisadores.

Ainda recentemente, recebendo, a 21 de março p. p., o corpo docente da Faculdade de Teologia da Universidade de Tübingen, onde foi professor de 1966 a 1969, Bento XVI, de improviso, em linguagem coloquial, recordava a importância que a teologia tem no concerto da Universidade. Com as demais ciências, ela pergunta e tem de fazê-lo radicalmente, mas, para além das demais ciências, tem que ter a humildade de ouvir a resposta que dá a fé cristã, e mostrar sua relevância para a atualidade (ver o sítio do Vaticano, http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20070321_tubingen_ge.html).

A finalidade da escuta acadêmica da Palavra é, pois, mediar, para os contemporâneos, uma compreensão da Palavra de Deus como Palavra viva, eficaz e mais cortante que qualquer espada de dois gumes que penetra até dividir alma e espírito, articulações e medulas, julgando os pensamentos e as intenções, desnudando toda criatura (cf. Hb 4,12-13). A proclamação corajosa da Palavra para o hoje: eis a meta de todo auscultar da Palavra. Também quando se faz no âmbito acadêmico.

O jovem Tomás de Aquino (†1274), naquilo que hoje chamaríamos sua aula inaugural como doutor em teologia (na terminologia medieval o principium com que se consagrou magister in Sacra Pagina), descreve essa mesma dinâmica (cf. o Principium «Rigans montes», em: Opuscula theologica I, Turim/Roma: Marietti, 1954, p. 441-443). Poderia resumir-se sua tese, dizendo: A dinâmica da “doutrina sagrada” (= teologia) é uma iniciação ao mistério de Cristo num determinado mundo, representado pelo insipiens (= o não-sábio). Cristo é a sabedoria e, portanto, o conteúdo da Sagrada Escritura. O processo da transmissão da “sabedoria espiritual” (Cristo em nós), tal como Tomás descreve em sua aula inaugural, vai da fé à fé, da vida na intimidade com Deus vivida pelo mestre à vida na intimidade com Deus aprendida pelo discípulo que se tornará mestre. Já que, por si, ninguém possui a sabedoria, a não ser Deus, é de uma experiência de fé que a teologia parte e sua meta é uma aprofundada experiência de fé. Tomás teria podido citar Evágrio Pôntico († 399), quando este escreve: “Se és teólogo, orarás verdadeiramente; e, se oras verdadeiramente, és teólogo” (De oratione 60, obra equivocadamente atribuída a São Nilo na edição do Migne, PG 79, 1180b).

Auscultar com rigor científico e espírito crítico a Palavra de Deus, antes acolhida e interiorizada na liturgia e na oração pessoal, para permitir que ela ecoe num mundo radicalmente diferente daquele em que foi originariamente pronunciada, supõe, da parte da academia, compreensão do mundo em que vive, abertura à cultura mutante, disposição ao diálogo com cosmovisões mesmo adversas, entendimento ecumênico das outras tradições cristãs e respeito às religiões não-cristãs. (Tudo isso poderia estar incluído no insipiens de Tomás). Mas o insipiens é também sapiens (=sábio) sob outros pontos de vista e, no diálogo entre o insipiens sapiens não-cristão e o sapiens insipiens cristão (pois “peregrinamos longe do Senhor, caminhando pela fé e não pela visão”, 2Co 5,6-7), brotará uma compreensão aprofundada e atualizada da fé. Como declarou o Concílio Vaticano I, na Constituição dogmática Dei Filius sobre a fé católica, “a razão, iluminada pela fé, quando busca diligente, pia e sobriamente, consegue, com a ajuda de Deus, alguma compreensão dos mistérios, e esta frutuossíssima, quer pela analogia das coisas conhecidas naturalmente, quer pela conexão dos próprios mistérios entre si e com o fim último do homem; nunca, porém, se torna capaz de compreendê-los como compreende as verdades que constituem o seu objeto próprio” (DH 3016).

*Sendo multifacética a realidade cultural em que vivemos, multifacética deveria ser também a doutrina da academia. A catolicidade está longe de ser a uniformidade monótona e a repetição servil do mesmo, ainda que se trate de textos respeitáveis como o Catecismo da Igreja Católica e seu Compêndio. A Palavra de Deus tem tal riqueza que não dá espaço a quem queira ser fotocópia; não pode ser bagatelizada pela repetição monocórdia do que sempre se disse. A tradição católica, já desde a antiguidade, reconheceu a legitimidade do pluralismo teológico. Recordem-se as escolas teológicas de Antioquia e Alexandria, com suas oposições e sua compreensão distinta do mistério. Recorde-se a originalidade do pensamento eclesial na antiga Síria, atestada pela escola de Nísibis, tão desconhecida da teologia latina e mesmo da grega. No Ocidente cristão medieval e posterior, saliente-se o diverso posicionamento teológico de franciscanos e dominicanos, escotistas e tomistas. Com sabedoria o Concílio de Trento explicitamente excluiu de suas determinações as divergências entre as escolas católicas para só dirimir as pendências oriundas da Reforma protestante. Depois de Trento não se pode deixar de mencionar as disputas entre dominicanos e jesuítas na questão de auxiliis. Não resta dúvida que a mesquinhez humana tentou sempre de novo condenar a escola adversária ou difamá-la por heresia, mas a sabedoria da autoridade eclesial soube outrora prevenir contra tais despautérios (cf., p. ex., Sisto IV, **DH** 1426; Paulo V, **DH** 1997). Oxalá continue a fazê-lo ainda hoje. Hoje com muito mais razão!*

De fato, cabe à academia discutir e criticar, com os instrumentos que lhe são próprios, as novas tentativas de interpretar a Palavra de Deus trazida até nós pela tradição viva da Igreja. É pela academia, em primeiro lugar, que passa o controle da teologia. À academia cabe avaliar a produção teológica, exercendo assim, de forma crítica e aberta, a função de crivo da qualidade dessa produção.

Também o magistério da Igreja tem uma tarefa de controle, mas em última instância, dentro do princípio de subsidiariedade, sabendo que a assistência do Espírito Santo que lhe é prometida não o dispensa de ouvir a academia, pois não equivale à inspiração, que cessou com o último livro do Novo Testamento. O Concílio de Trento é modelar neste sentido. Entre os “doutores menores” (teólogos) estavam dominicanos e franciscanos, jesuítas e agostinianos, cada um com sua teologia própria. Todos colaboraram, olhando a verdade da fé sob prismas diversos, mas o Concílio não se deixou levar por nenhuma escola, senão que buscou formulações tão equilibradas que cada diferente orientação teológica dentro do catolicismo se pudesse reconhecer autorizada. Essa atitude expressa o sã pluralismo que a tradição católica sempre propiciou. Teria sido um desastre chamar como consultores do Concílio apenas os teólogos de uma escola. O caráter plurifacético da interpretação da fé, tarefa da teologia, teria sido desta forma sufocado. O pluralismo teológico, reconhecido legítimo pela grande tradição, felizmente ainda estava muito presente na consciência eclesial.

Nestes dias em que o fundamentalismo grassa em todas as religiões, mais que nunca deveríamos acatar a diversidade das escolas teológicas dentro da unidade católica. Em última análise se trata de respeitar a transcendência de Deus. Embora se revelando em palavras humanas, é sempre o mesmo Deus incompreensível, inacessível, mistério inefável, sem margens, como Karl Rahner não se cansava de repetir (“das uferlose Geheimnis”), esse mistério do qual só falamos em balbucios. “Si comprehendis, non est Deus” (Se compreendes, não é Deus), dizia Agostinho (Sermo 117, III, 5, PL 38, 663). Essa sentença vale de qualquer cristão e de qualquer instância dentro da Igreja. A verdade de Deus é sempre maior do que nossas fracas expressões podem captar em seus conceitos. “Agora vemos num espelho, confusamente; mas, então, veremos face a face. Agora, conheço apenas em parte, mas, então, conhecerei completamente, como sou conhecido” (1Co 13,12). Se Paulo pode dizer isso de si, quanto mais o magistério, quanto mais a teologia!

Essa é a atitude “religiosa”, no sentido original da palavra latina usada pelo Vaticano II. Caso não se mantenha essa postura, não se realizará o “círculo virtuoso” próprio à teologia, que vai da fé à fé. Pois teologia é a fé que pensa a fé. “Fides quaerens intellectum; intellectum quaerens fidem” (A fé buscando inteligência; a inteligência buscando a fé).

A fé nos é trazida por uma tradição que ouviu a Palavra e a transmite, mas inevitavelmente, ao ouvir e transmitir, a interpreta. A fé está dentro de uma tradição. Quando hoje no Brasil se multiplicam as Faculdades de Teologia reconhecidas pelo MEC, e não só de teologia cristã, mas também espírita, umbandista e de outras tradições religiosas não-cristãs, cabe mais do que nunca a uma Faculdade católica pensar a fé dentro de sua tradição própria, fiel à sua identidade católica. A confessionalidade de uma Faculdade de Teologia não é algo secundário ou resquício de tempos em que as confissões cristãs se opunham violentamente e se anatematizavam mutuamente. A importância da confessionalidade está em que a identidade específica do cristão é confessional. Só assim é possível dialogar. O diálogo não se faz negando a própria identidade, mas, a partir de sua identidade, procurando compreender os outros. Quando se esmaecem as identidades, não há mais diálogo, mas a mesmidade que não permite progredir na compreensão da fé e, assim, não leva a lugar algum. Dialogar não é ceder a um falso irenismo, mas buscar o comum entre diferentes.

A tradição católica, por sua vez, não é idêntica à voz do magistério, pois a tradição é mais, e também o magistério tem que estar dentro da grande tradição. À tradição pertence o sensus fidelium, o “sentido dos fiéis”, pelo qual a Igreja não falha na fé (cf. DH 4130; LG 12). Na tradição está situada também a teologia. Mas, acima de todos os aspectos e instâncias, para soberana a Palavra de Deus, com cuja escuta estão todos unanimemente comprometidos. Melchior Cano († 1560), em sua obra clássica Loci theologici,

depois de estabelecer a Escritura, como primeiro entre os dez “lugares teológicos” que analisa, coloca como terceiro “a Igreja toda”, vale dizer, o “sentido dos fiéis”, em quarto e quinto os Concílios e a Igreja Romana, respectivamente (hoje diríamos: o magistério extraordinário e o ordinário), e em sétimo, os teólogos. Aliás, na Idade Média era habitual que a opinião de determinadas Faculdades de Teologia, como a de Paris, fosse considerada como decisiva no momento de dirimir dúvidas sobre algum ponto da fé. Voltando a Melchior Cano, sua enumeração permite falar de anterioridade lógica do “sentido dos fiéis”. Ao magistério como aos teólogos cabe, pois, formular o que o sensus fidelium crê: o magistério, em perspectiva pastoral; os teólogos, com pretensão epistêmica. A grande tradição eclesial conhece, pois, uma bela sinergia entre povo de Deus, bispos e teólogos. Nenhum deles com pretensão de ser “dono da verdade”, pois a verdade é de Deus, e à sua Palavra todos nos submetemos religiosamente. Tudo ao contrário de uma “briga de foice no escuro” em que cada um defende sua idéia e condena a dos outros. Diante da Palavra de Deus, todos somos aprendizes. Eternamente aprendizes, θεοδίδακτοί ἐστε (1Ts 4,9; cf. Jo 6,45).